

A Revolução de Outubro de 1917 e a planificação econômica socialista

Everaldo de Oliveira Andrade¹

A tarefa científica e também política não é dar uma definição acabada a um processo inacabado, mas analisar todos os seus estágios, separar as tendências progressistas das reacionárias, avaliar as suas relações mútuas, prever as múltiplas variantes do desenvolvimento posterior e encontrar nesta previsão um ponto de apoio para a ação.

Leon Trotsky

Resumo:

Após a vitória dos bolcheviques na Revolução de Outubro de 1917 e os longos anos da Guerra Civil (1918-22), foi iniciada a experiência de implantação da economia de traços socialistas. A década de 1920 concentrou as possibilidades revolucionárias e os contornos nos quais a nascente economia socialista soviética testou seus limites revolucionários e democráticos. Os debates e os resultados das lutas políticas pelos rumos da revolução definiram também os limites alcançados pela economia planificada que surgia nesse período. Este texto busca construir um quadro geral da elaboração teórica e prática das medidas iniciais que levaram aos primeiros planos quinquenais e compreender a planificação socialista como processo e parte integrante da própria revolução em andamento, tendo em conta seus debates nos planos teórico e prático.

Palavras-chave: Planificação socialista; coletivização na União Soviética; Preobrajensky; Revolução Russa e economia; Trotsky.

The October Revolution of 1917 and the Socialist economic planning

Abstract:

After the Bolsheviks' victory in the revolution of October 1917 and the long years of the civil war (1918-1922), the experience of a socialist economy takes place. The 1920s have concentrated the revolutionary possibilities and boundaries on which the nascent Soviet socialist economy could tested its revolutionary and democratic limits. The debates and the results of the political struggles along the lines of the revolution also defined the limits of the planned economy that emerged during this period. This text seeks to build a general framework for the theoretical and practical elaboration of the initial measures that led to the first five-year plans seeking to understand socialist planning as a process and an integral part of the revolution itself, taking into account its theoretical and practical debates.

Key words: Socialist planning; collectivization in the USSR; Preobrajenski; Russian Revolution and economy; Trotsky.

¹ Professor da Universidade de São Paulo (USP).

A construção da economia socialista na União Soviética não foi um processo homogêneo e isento de injunções políticas. Pelo contrário, os primeiros anos após a vitória de outubro de 1917 foram de duros embates, nos quais o risco de que tudo desmoronasse com a derrota na guerra civil impunha uma economia longe dos planos e sonhos socialistas. Após esses anos iniciais da Revolução, impôs-se um esforço de reconstrução do país arrasado por longos períodos de destruição provocados pelas guerras mundial e civil. Isso implicava em novamente se adiarem os planos de imediata socialização da economia soviética. Desde o princípio havia a inegável decisão dos bolcheviques de acabar com a economia de mercado e destruir o poder material da burguesia russa e da antiga aristocracia ligada ao tsarismo, mas o futuro não estava traçado, não havia um plano completo a ser aplicado. Seria preciso, para se dar conta do processo de constituição da economia socialista planejada, trabalhar com essa hipótese, ou seja, de que a própria planificação não foi planejada, pelo contrário, os ritmos, métodos e perspectivas imediatas e de longo prazo foram se forjando no calor das dificuldades a serem ultrapassadas pela própria revolução e pela reação burocrática stalinista.

Diversas variáveis incidiram na construção da nova economia socialista: a conjuntura política e econômica nacional e internacional, a habilidade da classe operária de fazer valer sua capacidade de dirigir e alimentar o processo revolucionário e a elaboração teórica e técnica de uma nova forma de funcionamento da economia, agora não mais baseada centralmente na extração da mais-valia e na acumulação de capital, dada a redução das propriedades privadas de meios de produção. A década de 1920 concentrou as possibilidades revolucionárias e os contornos nos quais a nascente economia socialista soviética testou seus limites revolucionários e democráticos. Os debates e os resultados das lutas políticas pelos rumos da revolução definiram também os limites alcançados pela economia planejada que surgiu nesse período. Este texto busca construir um quadro geral da elaboração teórica e prática das medidas iniciais que levaram aos primeiros planos quinquenais e compreender a planificação socialista como processo e parte integrante da própria revolução em andamento.

As primeiras medidas econômicas e o Comunismo de Guerra

Entre as primeiras medidas econômicas do governo revolucionário saído dos soviets de outubro de 1917 estavam os decretos do controle operário de 19 de novembro e a formação do Conselho Superior da Economia Nacional (VSNKh). Nos primeiros momentos da Revolução os confiscos e nacionalizações de empresas foram muito mais armas de luta política contra o poder burguês. No calor dos acontecimentos e iniciativas

políticas urgentes das primeiras semanas, não havia sido possível que se tomassem medidas e se realizassem planos de largo alcance. O debate sobre as relações entre o controle operário e o grau de autonomia dos comitês de fábricas foi um dos primeiros desafios do emergente poder soviético no terreno da impulsão da economia.

Em certa medida, a ação dos comitês de fábrica controlados pelos operários, quando agiam isoladamente, tendiam a parcelar e desorganizar a produção. Em 1918 foram, então, criados controles operários visando a exercer em uma escala mais ampla certa centralização. Do ponto de vista de Lênin, o controle operário seria essencialmente uma medida preliminar, com o objetivo de preparar a classe operária para avançar na direção do socialismo. Essa medida, no entanto, não obteve fácil aprovação. Houve um choque entre comitês de fábricas e a orientação do controle operário mesmo no Partido Bolchevique. Os trabalhadores não estavam espontaneamente convencidos da necessidade de ver limitados os poderes dos comitês de fábricas por sua subordinação a uma instância superior. Entre os comitês de fábricas e os sovietes havia arestas ainda não aparadas. O sistema de poderes dos sovietes fora se constituindo na luta concreta da Revolução, sem receitas, sem uma ordem prévia. Era expressão da criação política das massas trabalhadoras, e, nessa medida, não seria também compreensível que suas relações com os comitês de fábrica já estivessem acordadas. Pelo contrário, o caos da Revolução e da guerra civil, que avançaria por longos anos, as necessidades econômicas urgentes e as pressões por resultados imediatos precipitaram conflitos e debates políticos nos espaços da democracia operária soviética.

A proposta de controle operário visava a criar uma articulação sistemática com o sistema dos sovietes. Os comitês ou conselhos de fábricas seriam articulados às instâncias superiores, que funcionavam ao nível da localidade, da província ou da região. Não faltaram críticas apontando que essas medidas objetivavam submeter os comitês de fábrica aos sovietes. Em um plano mais amplo e superior, seria ainda constituído um conselho de controle operário de toda a Rússia. Evidentemente, essas medidas sofreram feroz oposição da militância anarquista nas fábricas e sovietes, na medida em que eram avessas a qualquer tipo de centralização (BETTELHEIM, 1979, p. 135). Mas não só de anarquistas: no bojo dessas iniciativas de centralização, houve uma polêmica entre os sindicalistas e militantes bolcheviques sobre a nomeação de diretores de fábricas por órgãos centrais. Lênin saiu em defesa da medida e afirmou:

os operários sabem perfeitamente que 99% dos organizadores das grandes e gigantescas empresas, trustes e outros estabelecimentos pertencem à classe capitalista, e também os melhores técnicos; mas são precisamente eles que nós, do partido

proletário, devemos empregar enquanto “dirigentes” do processo de trabalho e de organização da produção... (Apud BETTELHEIM, 1979, p. 143).

Esses foram alguns dos primeiros passos no sentido de se criar uma economia planificada, ou pelos menos com certa centralização e coordenação de objetivos. Esta primeira estrutura do controle operário demonstrou-se muito limitada para garantir a coordenação exigida pela grande produção industrial na escala de um país gigantesco e sob pressão da luta militar. Dificuldades também de ordem política incidiram nas tomadas de decisão. O controle operário foi se enfraquecendo pela falta de dirigentes e quadros políticos em número suficiente, experientes e comprometidos, pelas exigências da guerra civil e das tarefas de gestão do estado operário.

O período de Comunismo de Guerra, a luta na guerra civil que buscava sufocar a jovem república socialista, acirrou violentamente a necessidade de centralização da economia. A sobrevivência da Revolução esteve por um fio e medidas draconianas foram tomadas para fazer a economia funcionar e assegurar a permanência do Exército Vermelho em combate. Apenas nesse contexto seria possível compreender as polêmicas entre Trotsky e Bukhárin sobre as possíveis formas de organização da economia e mesmo de sua militarização, para deter os inimigos. Bukhárin viu nas medidas excepcionais deste período uma passagem direta ao comunismo e a uma economia organizada de maneira espontânea por poderes locais. Isso refletia as posições que havia tomado nos meses de março e abril de 1918 como “comunista de esquerda”. Trotsky, por outro lado, tentou teorizar e justificar um centralismo extremo e direção única da economia com sua militarização, ainda que no momento da guerra civil.

Um decreto de criação do Conselho Superior de Economia Nacional de 1918 buscou estabelecer de maneira unificada as atividades de todas as autoridades econômicas centrais e locais, inclusive as do Conselho do Controle Operário de toda a Rússia, e também assegurar a organização planificada da economia nacional. Os antigos controles operários foram sendo subordinados aos conselhos econômicos e desapareceram paulatinamente (BETTELHEIM, 1979, p. 139). Durante o período de 1918 a 1923, o sistema dos conselhos econômicos tornou-se o instrumento da centralização e da gestão centralizada da indústria. Outro dos passos iniciais para a estruturação da economia planificada da União Soviética foi a criação, em 22 de fevereiro de 1921, da Gosplan, ou Comissão Estatal de Planejamento, ainda como apêndice da Comissão de Eletrificação de toda a Rússia. Tratava-se de um pequeno órgão técnico encarregado de preparar um plano econômico de desenvolvimento.

A pressão social da antiga burguesia, em grande parte expropriada, permaneceu e continuou por longos anos ainda. Não se poderia, no entanto, atribuir esse fenômeno social – plenamente compreensível no contexto de transição econômica e guerra revolucionária – a um “processo de penetração de uma parte da antiga burguesia nos aparelhos administrativos e econômicos do estado”, ou asseverar que “estes aparelhos asseguram a reprodução de práticas burguesas e de relações de distribuição burguesas”, como afirmaria Charles Bettelheim. Para este autor, teria ocorrido a consolidação de uma burguesia estatal ao longo deste período de transição (BETTELHEIM, 1979, pp. 149-53). De fato, como veremos à frente, houve a necessidade de um recuo em relação aos objetivos de socialização da economia com a Nova Política Econômica (NEP) e, posteriormente, uma burocratização da economia estatal e sua apropriação por uma camada social parasitária, mas a burguesia, como classe dominante e hegemônica, fora derrotada pela revolução operária de 1917. As forças da contrarrevolução vinham, agora, de fora do país.

O X Congresso, a NEP e a crise da tesoura

Passado o período do Comunismo de Guerra ligado à guerra civil, a União Soviética passou por um novo desenvolvimento econômico. Um plano de recuperação da economia teve de ser aplicado rapidamente e significou um recuo em muitas das perspectivas de rápida transformação da economia para um possível estágio socialista. O plano ficou conhecido como NEP e buscava dar ênfase particular aos camponeses. Ele foi aprovado pelo Comitê Central e apresentado por Lênin no histórico X Congresso do Partido, em março de 1921 (CARR, 1981, p. 38). A NEP reintroduzia no campo a economia de mercado e invertia as políticas de nivelamento do Comunismo de Guerra. Ela estimulou o aparecimento do camponês rico, ou *kulak*, que se tornou figura central da economia rural. Este proprietário produzia para o mercado e se tornara um pequeno capitalista. Pode-se afirmar que essa foi a característica central da NEP (CARR, 1981, p. 41). Como afirma E. H. Carr:

Na medida em que o Comunismo de Guerra era tratado como um salto à frente, excessivamente entusiástico, para as culminâncias superiores do socialismo, prematuro sem dúvida, mas sob outros aspectos concebido corretamente, a NEP era um afastamento temporário de posições que se haviam mostrado insustentáveis no momento, mas que, mais cedo ou mais tarde, teriam que ser reocupadas. (CARR, 1981, p. 42)

A NEP provocou novos e dinâmicos desequilíbrios na economia e um deles tornou-se tema de um célebre debate. Foi a chamada “crise da tesoura”,

que ocorreu no final de 1922. Era um fenômeno econômico que ameaçava levar ao colapso a economia nacional. Em setembro de 1922, os preços industriais subiram dramaticamente, a expensas dos preços agrícolas. Foi a Trotsky que, em seu relatório ao XIX Congresso do Partido, em abril de 1923, coube a tarefa de apresentar um diagrama que mostrava, graficamente, como a tesoura, representando as lâminas dos preços agrícolas e industriais, se havia aberto cada vez mais, nos últimos seis meses. Essa situação confrontava a cada dia a economia das cidades e do campo. Quando, em outubro de 1923, a tesoura se abriu ao máximo possível, a razão entre os preços agrícolas e industriais foi três vezes maior do que em 1913 (CARR, 1981, p. 58).

Os debates que se seguiram esboçaram novas soluções para o impasse. Uma das decisões da comissão encarregada do problema foi promover certo incentivo à indústria. No entanto, as condições da NEP ainda não permitiam estimular diretamente as indústrias pesadas que se ocupavam da criação de meios de produção. A tendência ao encarecimento dos preços industriais tendia a se ampliar. Pelos números apurados pela Gosplan, a produção industrial para o ano que terminou em 1º de outubro de 1924, embora duas vezes maior que em 1920, chegava a apenas 40% do produzido antes da guerra. Nas indústrias de metal, os índices alcançavam, no máximo, 28,7% em relação à produção de antes da guerra (CARR, 1981, p. 60). As medidas então tomadas abriram novas práticas econômicas que teriam longo alcance. De fato, a crise da tesoura no outono de 1923 expressou de maneira demasiado nítida as deficiências da NEP como modelo de mais longo alcance. Com isso, foram tomadas medidas de intervenção estatal que abriram os primeiros passos para a possibilidade de um planejamento global da economia socialista (CARR, 1981, p. 102).

Nos anos seguintes, novas medidas foram tomadas na perspectiva de centralização e planejamento da economia. Mas não havia ainda um conjunto teórico e prático elaborado. As medidas criavam-se e eram tomadas em processo. O pragmatismo era ainda a sua tônica, ainda que os debates teóricos ocupassem seu lugar, como veremos mais à frente. A resolução do XIV Congresso do Partido, em 1925, expressava a necessidade de “assegurar a independência econômica do país, o desenvolvimento da criação de meios de produção e a formação de reservas para a movimentação econômica” (CARR, 1981, p. 103). Nesse contexto, foram inevitáveis os debates e divergências entre dirigentes e mesmo entre organismos estatais. Havia uma conhecida divisão na Gosplan nos anos de 1926 e 1927 entre os chamados *geneticistas*, que argumentavam que um plano econômico deveria se basear em tendências objetivas da economia, e os chamados *teleologistas*, que afirmavam que o centro do planejamento seriam as metas e objetivos a serem atingidos, ou seja, viam o plano como

atividade política ou instrumento de mobilização (CARR, 1981, p. 104). De fato, a solução ou perspectiva não deveria abrir mão de nenhum dos dois caminhos. Houve, também em 1926, graves discordâncias no Partido sobre priorizar ou não a indústria pesada em detrimento daquela voltada ao consumo. Trotsky e Zinoviev, então membros da Oposição Unificada em luta contra a fração stalinista, pressionavam pela maior e mais rápida industrialização em uma perspectiva que fortalecesse os elementos operários na Revolução. Stálin e Bukhárin os acusaram de superindustrializadores e de relegarem a produção camponesa. Sabe-se que por detrás dessas polêmicas havia uma luta política sobre as perspectivas mais amplas da própria Revolução socialista e as crescentes pressões sociais da camada burguesa e pequeno-burguesa que prosperava com a NEP.

Os debates sobre a aceleração da industrialização

A Revolução operária vitoriosa ocorrera em um país atrasado do ponto de vista do desenvolvimento capitalista e colocara novos e inéditos problemas. Como distribuir e, ao mesmo tempo, acumular recursos para o desenvolvimento do país? O estado operário dos soviets era a expressão da superestrutura política, mas também era a infraestrutura econômica, na medida em que era o verdadeiro proprietário dos principais meios de produção e forças produtivas. E, nesse sentido, várias questões foram enfatizadas nos debates teóricos iniciais que se desenvolveram paralelamente às medidas econômicas, muitas vezes excepcionais e urgentes, dos primeiros anos. O partido representava o estado ou uma classe? Como representar os administradores e os trabalhadores? Coletivizar a agricultura? Estimular a pequena propriedade camponesa? Ampliar investimentos na indústria pesada? E o consumo de massa? Estas questões estavam no cerne dos debates e opções políticas que o Partido Bolchevique deveria tomar nos anos 1920 e seguintes. E, aqui, longe da falsa isenção da economia política liberal e sua falsa cientificidade, os debates econômicos estiveram intrinsecamente relacionados ao desenrolar da própria luta social e política que ocorria nesse período.

Foi nesse contexto da década de 1920 que se destacaram as elaborações pioneiras do economista soviético Ievguêni Alexeivitch Preobrajensky. Ele buscou apreender, estudar e teorizar as possíveis leis específicas do desenvolvimento de uma economia transitória ao socialismo em que a agricultura e o pequeno comércio continuam a guiar-se pelo mercado, uma economia ainda de caráter misto, como definiu. As posições políticas e econômicas de Preobrajensky foram polêmicas e faziam parte do ambiente de debates que ainda ocorriam com liberdade nos primeiros anos da Revolução. Ele criticou a NEP, iniciada em 1921, que para ele fortaleceria

o *kulak* e uma burguesia rural adversária da Revolução. Defendeu a necessidade de formação de fazendas estatais e a atração de capitais estrangeiros para criar fábricas agrícolas. Lênin defendia, nesse momento, frente às circunstâncias de colapso geral da economia pós-guerra civil, a necessidade provisória de um capitalismo de tipo estatal que permitisse transitar para o socialismo e enfrentar as tendências pequeno-burguesas da economia camponesa. E ia além, ao advertir explicitamente sobre os riscos de descentralização econômica:

O comunismo exige e pressupõe a maior centralização da grande produção do país. Por isso é absolutamente necessário dar a um centro à escala de toda a Rússia o direito de subordinar a si diretamente todas as empresas de um dado ramo. Os centros regionais determinam as suas funções na dependência das condições locais, de vida etc., de acordo com as indicações e decisões gerais de produção do centro. (LÊNIN, 1988, p. 631)

Uma das elaborações mais polêmicas de Preobrajensky nesse período dizia respeito ao conceito de acumulação socialista primitiva, que ele elaborou para pensar as características específicas de então. Algumas questões centrais e iniciais moveram sua reflexão, como: que leis regulariam a economia soviética? A lei do valor continuaria a exercer sua ação numa economia planificada? O centro das suas preocupações estava inicialmente na ideia de que ocorreria uma “acumulação socialista primitiva”, que seria a lei básica para reger uma economia mista de um país subdesenvolvido na fase de transição para o socialismo (PREOBRAJENSKY, 1979, p. 11). No sistema econômico soviético predominaria a lei do valor, embora esta não fosse dominante. Isso porque se trataria de um período transitório:

Quanto mais este ou aquele país, que passa à organização socialista da produção, é economicamente atrasado, pequeno burguês e agrícola, menor será a herança que recebe para seu fundo de acumulação socialista o proletariado do país considerado no momento da revolução social – e mais, relativamente, a acumulação socialista será obrigada a se apoiar sobre a apropriação de uma parte do sobreproduto das formas pré-socialistas da economia e menor será a parte específica da acumulação retirada de sua própria base de produção, quer dizer, menos ela se alimentará de sobreproduto dos trabalhadores da indústria socialista. Ao contrário, quanto mais este ou aquele país, em que a revolução social é vitoriosa, for econômica e industrialmente desenvolvido, mais será importante a herança material – sob a forma de indústria altamente desenvolvida e agricultura organizada de modo capitalista – que o proletariado deste país recebe da burguesia após a nacionalização; quanto menor for a parte específica no referido país das forças pré-capitalistas, mais será necessário para o proletariado reduzir as

trocas não equivalentes de seus produtos com os das antigas colônias e mais o centro de gravidade da acumulação socialista se deslocará para a produção com base nas formas socialistas, quer dizer, apoiar-se-á no sobreproduto de sua própria indústria e sua própria agricultura. Bem entendido, esta lei deve sofrer certas modificações em caso de transferência de meios de produção de um país socialista desenvolvido para outro atrasado. (PREOBRAJENSKY, 1979, pp. 140-1)

Para a plena compreensão desse conceito, dever-se-ia incorporar a existência de particularidades da acumulação socialista em relação à capitalista. O complexo integral da economia estatal era maior que a soma aritmética de todas as empresas e trustes que a constituíam. Ou seja, a fusão do poder e da economia estatal – “o poder do estado proletário sobre o sobreproduto da economia privada (...) não somente é em si mesmo um instrumento de acumulação primitiva mas também uma reserva permanente desta acumulação, um fundo potencial, por assim dizer, da economia estatal” (PREOBRAJENSKY, 1979, pp. 140-1). Esta situação privilegiada do estado poderia permitir a aplicação de métodos para estimular a reprodução socialista ampliada, como: a limitação ou supressão da livre concorrência; a utilização total das vantagens do monopólio estatal; a luta da economia estatal como um complexo único e a combinação de meios econômicos e políticos.

Para Preobrajensky, havia nesse momento uma economia de transição que se expressava na luta entre as duas leis econômicas contraditórias, correspondentes a dois sistemas antagônicos de regulação da economia, com suas leis econômicas distintas. De um lado, a “lei da acumulação socialista” estaria limitada pela “democracia” da economia mercantil, com suas tendências de desenvolvimento e seus próprios métodos de regulação. A economia mercantil seria limitada, englobada e, se quisermos, comprimida pela lei da acumulação socialista, pelas leis do desenvolvimento do corpo socialista que lhe é estranho. Deste modo, a economia, sem ser ainda socialista, já não seria puramente mercantil (PREOBRAJENSKY, 1979, pp. 156-7).

Interessante destacar que havia um claro vínculo entre a forma como Preobrajensky abordava a transição interna da economia soviética e o quadro mundial capitalista como ele o compreendia. Como Lênin e outros autores marxistas já haviam abordado antes, o próprio capitalismo estaria preparando as possibilidades para uma economia global planificada: “Nossa economia estatal aparece historicamente como uma continuação e aprofundamento das tendências monopolistas do capitalismo e, conseqüentemente, também como continuação das tendências ao declínio da economia mercantil e a liquidação ulterior da lei do valor”. A economia mercantil já estaria minada em seu período de capitalismo monopolista

(PREOBRJENSKY, 1979, p. 159). E, nesse sentido, caberia à economia da União Soviética ampliar e fortalecer suas características específicas:

Quanto mais a economia estatal estiver organizada, quanto mais seus diferentes setores estiverem estreitamente ligados através de um plano econômico operacional, tanto mais ela constituirá um todo econômico compacto, tanto mais sua oposição à lei do valor será forte, tanto mais sua influência ativa sobre as leis da produção mercantil será grande e tanto mais ela própria se transformará, com sua lei de ferro da acumulação socialista, no mais importante fator de regulação do conjunto da economia, inclusive do setor privado. (PREOBRJENSKY, 1979, p. 164)

Os debates em torno da lei do valor e sua vigência na economia pós-Revolução estavam relacionados às propostas de planificação da economia e a um possível e necessário salto industrial do país. Não era, de forma alguma, um debate abstrato ou diletante entre acadêmicos, como se poderia supor. Tratava-se de encontrar um caminho para desenvolver industrialmente um país majoritariamente agrícola, isolado e ameaçado pela economia mundial capitalista. O diagnóstico de Preobrajensky era o de que existiria um grande desnível na produção e nas trocas entre a economia estatal centralizada e “o oceano desorganizado da produção simples de mercadorias”. Nessa medida, tornava-se urgente a planificação: “nós opomos a produção mercantil à produção socialista planificada, o mercado à contabilidade da sociedade socialista, o valor e os preços aos custos de trabalho, a mercadoria ao produto” (PREOBRJENSKY, 1979, p. 184). A proposta de planificação da economia expressava a oposição à anarquia da economia capitalista:

A luta em favor da planificação é antes de tudo uma luta em favor da acumulação de recursos materiais da economia estatal que asseguram o desenvolvimento de certas relações de produção em prejuízo de outras relações de produção. Esta acumulação é limitada pela ação da lei do valor que ainda existe e se encontra, conseqüentemente, submetida à influência dos fatores espontâneos. Desse ponto de vista, a lei da acumulação socialista primitiva constitui a forma sob a qual se opera a reencarnação dialética das leis espontâneas da economia desorganizada em um novo modo de realização do equilíbrio que se realiza graças ao papel essencial da previsão consciente e do cálculo prático da necessidade econômica. (PREOBRJENSKY, 1979, p. 159)

A paternidade do conceito de acumulação primitiva cabia a Vladimir Smirnov. Mesmo Bukhárin recorrera a este conceito em 1920, em sua obra *Economia do período de transição*, definindo-o como “mobilização das forças vivas da produção”, entendida como aplicação compulsiva da

disciplina do trabalho. No entanto, aqueles que defendiam a acumulação socialista primitiva foram vistos como os que buscavam sua implementação à custa da economia agrícola, impondo-lhe termos desiguais nas trocas com o estado (BERNARDO, 2003, p. 467). Segundo os críticos, fora Preobrajensky, e com ele uma parte considerável da esquerda do Partido Comunista, quem tivera razões práticas para propor uma alteração nos rumos da economia até então sob a NEP. A liberdade de iniciativa concedida aos camponeses permitira à produção agrícola ultrapassar a crise e atingir, em 1926, um valor global equivalente ao registrado antes do começo da I Guerra. Mas a estagnação da indústria não fora superada.

Havia, porém, uma contradição maior na perspectiva de desenvolvimento industrial proposta por Preobrajensky. Sua proposta, em última instância, defendia a possibilidade de acelerar o ritmo de crescimento das forças produtivas e de se desenvolver o setor socialista apenas com as forças internas à sociedade soviética, sem que fosse necessário sair das fronteiras do país (BERNARDO, 2003, p. 468). Essa armadilha de sua teoria não passaria em branco para Stálin. Por outro lado, a avaliação da Oposição de Esquerda, que nesse momento combatia o stalinismo que se consolidava dentro da União Soviética, era a de que seria necessária a expansão internacional da revolução socialista até para se superarem os entraves estruturais e políticos à plena consolidação do socialismo. Para um dos seus críticos, Preobrajensky teria revelado

uma visão tecnocrática, à qual permaneciam alheias as iniciativas de base dos trabalhadores (...). Mas, se a acumulação socialista tinha como base inicial a apropriação do sobreproduto da agricultura privada pela indústria estatal, então o socialismo podia progredir, como Bukhárin e Stálin defendiam, no quadro de um só país (BERNARDO, 2003, p. 469).

De fato, era uma triste ironia para um militante que defendia ao mesmo tempo a retomada da democracia e a luta contra a nascente burocracia e ditadura stalinistas.

A coletivização do campo e a aceleração da industrialização sob o stalinismo

As propostas de Preobrajensky provocaram uma célebre polêmica com outro brilhante economista e dirigente bolchevique, Nicolai Bukhárin, que defendia a manutenção do equilíbrio entre indústria pesada, leve e agricultura, ainda que concordasse com a necessidade de uma industrialização mais acelerada e também com os perigos relativos ao desinteresse pela coletivização da agricultura. Em linhas gerais, a direção do

Partido, agora sob crescente controle da burocracia stalinista, ignorou os debates mais teóricos e tentou produzir resultados com base na pressão política. Mas, no momento certo, incorporou o que havia de útil para seus propósitos particulares nas teorias desenvolvidas, por exemplo, por Preobrajensky e mesmo Bukhárin.

A pressão sobre os *kulaks* cresceu cada vez mais a partir de 1929. Estes controlavam então 80% das indústrias agrícolas (BETTANIN, 1981, p. 21). Ao mesmo tempo, novas medidas foram tomadas no campo para acelerar o coletivismo, os soviets rurais, as fábricas de tratores e impulsionar o movimento colcoziano (BETTANIN, 1981, p. 52). Stálin distorcia as condições de planificação no campo e seus vários problemas técnicos ao sabor das suas manobras políticas e interesses do aparelho burocrático cada vez mais monstruoso e distante da construção de uma sociedade socialista. Os antigos bolcheviques não concebiam a socialização da economia senão por meio dos instrumentos da democracia operária e do convencimento das camadas camponesas a aderirem ao estado operário e seus métodos e perspectivas econômicas. Mas o stalinismo destruiu a democracia soviética e aplicou seus próprios métodos para implantar a planificação econômica socialista. Paul Baran, um economista entusiasta dos métodos e resultados da coletivização, destacava:

No último ano do II Plano Quinquenal a colheita de cereais atingiu nível recorde em relação a toda a história da Rússia. O aumento da produção agrícola foi acompanhado da liberação, pela agricultura, de cerca de 20 milhões de pessoas, o que possibilitou a migração de trabalhadores do campo para a cidade. Essa migração refletiu a elevação da produtividade agrícola *per capita* em 60%, verificada entre 1928 e o fim da década de 1930. Essa elevação, por sua vez, foi o resultado do “oferecimento de assistência social” à agricultura, em escala enorme. (BARAN, 1984, p. 244)

Havia vários problemas relacionados à possibilidade de a planificação alcançar resultados satisfatórios. Uma primeira questão que Paul Baran destacou foi problematizar se o progresso deve ser atingido pelo aumento da produtividade na agricultura ou pela industrialização. Em uma sociedade socialista a harmonia entre os dois setores seria uma condição fundamental para o desenvolvimento. Mas o que viria primeiro? Havia um impasse porque a modernização da agricultura dependia do desenvolvimento da indústria e não poderia haver industrialização sem aumento da produção e do excedente agrícola:

A Rússia socialista tinha que encontrar uma saída diferente para esse impasse. E isso porque não somente não podia contar com a exportação de colônias ou com empréstimos externos, como

tinha que destinar considerável parcela de seus escassos recursos para a manutenção do indispensável sistema de defesa. (...) Decidiu-se cortar o nó górdio criando uma indústria poderosa e, simultaneamente, suprindo a agricultura com os instrumentos técnicos necessários para sua modernização e coletivização. A realização desta tarefa gigantesca foi obtida por um preço tremendamente elevado. (...) Os custos não foram apenas econômicos (...) a coação e o terror constituíram-se em elementos decisivos... Essa era a única via de acesso à ampla avenida do progresso econômico, social e cultural. (BARAN, 1984, p. 243)

Paul Baran defendeu a ditadura stalinista e ousou utilizar uma citação do economista polonês Oskar Lange para justificar a violência contra os camponeses que não foram convencidos, como Engels havia proposto como caminho para a transição. Eles teriam sido convencidos *ex post facto* pela via da propaganda política. O stalinismo havia, de fato, feito escola no seu cinismo retórico (BARAN, 1984, p. 244).

Outro grande problema apontado por Paul Baran era o de se o desenvolvimento deveria se realizar pela expansão da indústria pesada de bens de produção ou pela da indústria leve de bens de consumo:

Grandes investimentos em indústrias produtoras de bens de produção equivalem a manter taxas de crescimento elevadas durante todo o período de planificação; um programa que vise ao desenvolvimento econômico pela criação de indústrias produtoras de bens de consumo significa, automaticamente, não apenas investimento inicial menor, mas também taxas de crescimento subsequente muito baixas. (...) Se as indústrias recém-instaladas devem produzir bens de consumo, elas só serão adequadamente utilizadas se o consumo se expandir (e o excedente se contrair) o suficiente para proporcionar um mercado adequado à sua produção. (BARAN, 1984, p. 247)

O terceiro problema que Paul Baran estudara seria estabelecer se deveriam ser escolhidos programas que utilizassem métodos de produção baseados no capital ou predominantemente o trabalho. Baran explicitava que:

Se são utilizadas técnicas que usam fundamentalmente trabalho, a expansão do departamento I requer uma expansão do departamento II maior do que se são escolhidas técnicas que usam predominantemente capital. As primeiras acarretam, portanto, retardamento do processo de expansão, uma diminuição das taxas de crescimento econômico. (BARAN, 1984, p. 249)

Para Stálin, tratava-se agora de forçar a coletivização como caminho sem volta, mesmo com a ausência de tratores e máquinas agrícolas suficientes para construir fazendas coletivas, a qualquer custo. A propalada revolução camponesa não contava com apoio político e social no campo e foi imposta a ferro e fogo. O movimento colcoziano foi implementado sem planificação e democracia (BARAN, 1984, pp. 57-8). Abusos, arbitrariedades e deportações em massa de antigas famílias camponesas substituíram, de um lado, a essência democrática dos soviets e, de outro, os cuidados políticos e econômicos com a transição socialista (BARAN, 1984, p. 65). O país foi jogado à beira do precipício, sob o risco de uma explosão das camadas camponesas que não haviam sido convencidas a aderir à economia planificada e de um colapso da produção de alimentos. A chamada “deskulakização” foi uma aventura econômica perigosa e aventureira que tinha como objetivo político eliminar a antiga tradição de submissão do camponês aos *kulaks*, destruir as velhas tradições para se fundar uma nova, que estava distante do socialismo. Estava-se fundando uma economia baseada na brutalidade das tomadas de decisão políticas de cima para baixo, ainda que os fundamentos materiais do estado operário – o controle dos meios de produção – permanecessem.

Teoricamente, os chamados “soviets do campo” seriam a expressão da expansão da democracia soviética, mas Stálin os havia deformado em relação às origens nos anos iniciais da Revolução. Eles foram fruto da imposição do coletivismo sem preparação técnica ou adesão política. E mesmo esses soviets foram depois também encurralados pelo partido único e os colcozes (BARAN, 1984, p. 97). Os resultados para o período pós-1931 – com brutais perseguições e imposição da coletivização sem qualquer debate – foram de 54,2% do total das áreas produtoras (BARAN, 1984, p. 105): praticamente metade das áreas ainda estavam por serem coletivizadas.

Tratou-se, então, de forçar a política dos “punhos de ferro” para cumprir os objetivos a qualquer custo, com punição aos dirigentes que não cumprissem os prazos e as metas de produção estabelecidas de cima para baixo (BARAN, 1984, p. 163). Este tipo de método e pressão descia de graus da escala de responsabilidades com graus crescentes de arbitrariedade. Não se tratava mais de uma política socialista, embora o funcionamento da economia, as bases materiais sob as quais se estruturava todo o edifício da União Soviética, fosse a propriedade social. Uma ditadura, que expressava os interesses da burocracia stalinista, confiscara essa gigantesca conquista econômica, a possibilidade da planificação econômica socialista, para seus próprios fins. Os resultados econômicos da planificação foram surpreendentes. Com o II Plano Quinquenal, a renda nacional da União Soviética aumentou de 24,4 para 96,3 rublos. A produção de carvão subiu de 35,4 para 128 toneladas, o número de tratores fabricados aumentou em

40%, a eletricidade aumentou sete vezes, as máquinas operatrizes em 20 vezes. O custo político e humano foi igualmente gigantesco.

A crítica de Trotsky ao processo de planificação que se desenvolveu enfatizava os elementos técnicos e políticos necessários ao desenvolvimento da economia socialista e da democracia soviética como componentes intrínsecos e imprescindíveis para se superarem os imensos obstáculos à ampliação e consolidação de uma economia mundial planificada:

A planificação administrativa revelou suficientemente sua força e, simultaneamente, os limites desta força. Um plano econômico concebido *a priori*, sobretudo em um país atrasado, com 170 milhões de habitantes, dilacerado por profundas contradições entre a cidade e o campo, não é um dogma imutável, mas uma hipótese de trabalho a ser verificada e a ser transformada no decurso de sua execução. Poderá mesmo ser enunciada a seguinte regra: quanto mais “exato” for o cumprimento da diretriz administrativa, pior será a situação da direção econômica. Duas alavancas devem servir para regular e adaptar o plano: uma alavanca política, criada pela participação real das massas interessadas na direção, o que não se concebe sem a democracia soviética; uma alavanca financeira, resultante da efetiva unificação dos cálculos *a priori*, por meio de um equivalente geral, o que é impossível sem um sistema monetário estável. (TROTSKY, 2005, p. 90)

Como balanço geral da coletivização camponesa no contexto geral da planificação econômica socialista, podemos destacar o aprofundamento do controle burocrático, com a criação de “seções políticas” nas zonas agrícolas, instaurando um verdadeiro estado de sítio no campo. Essas estruturas de controle permitiram a Stálin esconder o fracasso das atividades no campo, com as quedas da produção durante longos anos escondidas pelos resultados gerais comemorados pela propaganda oficial do regime. De fato, a coletivização forçada provocara a destruição de enorme capacidade produtiva e de renda dos camponeses. Isso também desestruturou os laços sociais e econômicos, com a destruição progressiva das organizações políticas e administrativas camponesas, paulatinamente substituídas por organizações controladas de cima pelo Partido. Apenas uma crença de caráter quase religioso ou o temor e constrangimento explicariam a adesão e as justificativas de importantes intelectuais e economistas ao regime.

O quadro geral revelava uma imensa máquina burocrática que misturava o Partido, o estado e os soviets, esmagando qualquer traço e possibilidade de debates e discussões. A democracia soviética estava morta e o estado operário fora degenerado por meio do controle burocrático e policial do stalinismo. A planificação econômica, todavia, restava como principal conquista do estado operário, a base material que permitira uma

ampliação inédita e de velocidade surpreendente da capacidade produtiva do país, além da possibilidade de ampliação das conquistas sociais. Mas esses saltos não permitiam superar a realidade mundial do modo de produção capitalista, como tentavam fazer crer os teóricos do regime, que buscavam inutilmente, e sob os golpes do chicote stalinista, construir um suposto socialismo isolado do restante do planeta, controlado pelos mercados. A deformação da economia –ao mesmo tempo, capaz de enviar homens ao espaço e incapaz de produzir em quantidade e qualidade eletrodomésticos e calçados para sua população – tornou-se a base de um regime que negava o fundamento que o fundara, a Revolução socialista de outubro de 1917 e sua expansão internacional.

Referências bibliográficas

- ARRIZABALO Montoro, Xabier. *Capitalismo y economía mundial*. Madri: IME – Arcis, 2014.
- BARAN, Paul. *A economia política do desenvolvimento*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- _____; SWEEZY, Paul. *Capitalismo monopolista*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- BERNARDO, João. *Labirintos do fascismo – na encruzilhada da ordem e da revolta*. Porto: Ed. Afrontamento, 2003
- BETTANIN, Fábio. *A coletivização de terras na URSS*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- BETTELHEIM, Charles. *A luta de classes na União Soviética – primeiro período (1917-1923)*. São Paulo: Paz e Terra, 1979.
- _____. *La planification soviétique*. 3. ed. Paris: Marcel Rivière et Cie, 1945.
- BUKHÁRIN, N. *A economia mundial e o imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- _____; PREOBRAZENSKY, N.; TROTSKY, L. *Le débat soviétique sur la loi du valeur*. Paris: Maspero, 1972
- CARR, E. H. *A Revolução Russa de Lênin a Stálin*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- DOBB, Maurice, *La economia soviética*. La Habana: Ed. Paginas, 1946.
- DOCKÈS, Pierre. *A internacional do capital*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

GORZ, André. *Estratégia operária e neocapitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

HILFERDING, R. *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

JUST, Stéphane. *A revolução proletária e os estados burocráticos*. São Paulo: Palavra, 1980.

LENINE, V. I. *Obras escolhidas v. I, II, III*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1988.

LUXEMBURG, Rosa. *A acumulação do capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARIE, Jean-Jacques. *Stálin*. São Paulo: Babel, 2011.

PEDROSA, Mário. *A opção imperialista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

PREOBRAZENSKY, N. *A nova econômica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

TROTSKY, Leon. *A revolução traída*. São Paulo: Sundermann, 2005.

Recebido: 19 de fevereiro de 2017

Aprovado: 11 de junho de 2017

Como citar:

ANDRADE, Everaldo de Oliveira. A Revolução de Outubro de 1917 e a planificação econômica socialista. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 23, n. 2, pp. 22-38, ano XII, nov./2017.